

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo				
	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	Convenio 2014 pago em 2015	Convenio 2015 pago em 2015
PRO STA CASA	30.059.904,82	360.718.857,79	40.528.429,00	126.798.471,00
STACASA SUSTentável	24.269.152,70	291.229.832,40	125.060.745,00	28.581.334,00
Outros Auxílios de base fixa	14.034.529,34	168.414.352,08	12.285.372,00	77.461.251,00
TOTAL	68.363.586,86	820.363.042,28	177.874.546,00	232.841.056,00
Total pago em 2015				410.715.602,00



SECRETARIA DA SAÚDEGOVERNO DE SÃO PAULO

4.2 – Pró Santas Casas

Em sua introdução, o Secretário-Adjunto de Saúde do Governo do Estado de São Paulo, Sr. Wilson Modesto Pollara, explicou que o programa Pró Santas Casas foi criado em 2006, pelo então Governador do Estado José Serra, juntamente com seu Secretário de Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, num contexto de déficit orçamentário das Santas Casas, que ainda hoje tem apenas 40 % de seu orçamento oriundo do Sistema Único de Saúde – SUS.

No início, o programa gerava recurso somente para hospitais de gestão estadual. Em fase posterior, o Pró-Santa Casa passou a destinar recursos financeiros do Estado às instituições filantrópicas utilizando critérios de valores *per capta* com base na população de cada município.

Estruturava-se assim um cofinanciamento, no qual a secretaria estadual respondia por 70% e os municípios por 30%. Em 2009, foram incluídos no programa alguns hospitais municipais de cidades onde não havia instituições filantrópicas. Destacou que 65% dos municípios têm menos de 30 mil habitantes e estruturas de saúde que não são capazes de fazer determinados tipos de atendimento com qualidade, por exemplo, partos.

Em 2006, foi criado com os seguintes critérios:

- a) Destinação de recursos a hospitais de gestão estadual;
- b) Apenas um hospital por Departamento Regional de Saúde;
- c) Destinação ao hospital filantrópico de maior porte;
- d) Valor do repasse limitado a 30 % da produção MAC (Médio e Alto custo/complexidade).

Em 2007, segundo Pollara, houve a revisão do programa Pró-Santa Casa, que passou a adotar os seguintes critérios de distribuição de recursos:

- a) Escolha dos prestadores pela CIR;
- b) Destinação de recursos independentemente de sua gestão ser estadual;
- c) Distribuição de recursos segundo critérios populacionais e distribuição por CIR;
- d) Cofinanciamento: 70% Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo e 30% municípios

- e) Financiamento exclusivo, pela Secretaria de Saúde de São Paulo, dos hospitais com perfil macrorregional denominados “pró santa casa nacional”;
- f) Destinação de recursos a hospitais exclusivamente filantrópicos.

Em 2009, houve uma nova revisão de critérios para destinação de recursos pelo Programa Pró-Santa Casa:

- a) Inclusão de hospitais municipais onde não se dispunha de hospitais filantrópicos;
- b) Hospitais com mais de 30 leitos, com atendimento regional relevante;
- c) Exclusão de hospitais com atendimento exclusivo a pacientes crônicos ou psiquiátricos.

Dados disponibilizados pela Secretaria Estadual da Saúde, quanto ao volume de repasses efetuados:

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo					
Auxílio Financeiro Pró Santa Casa* (2015 Agosto)					
Hospitais Sem Fins Lucrativos	Total	Gestão		Valor Programado R\$	
		Estadual	Municipal	Mês	Ano
	115	31	84	29.925.415,81	359.104.989,72



* % sobre o MAC
3% a 300%

SECRETARIA DA SAÚDEGOVERNO DE SÃO PAULO

Dados oficiais disponibilizados pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, os quais demonstram o valor dos aportes financeiros destinados, até agosto/2015, aos programas Pró-Santa Casa e Santa Casa SUSTentável:

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo				
	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	Convenio 2014 pago em 2015	Convenio 2015 pago em 2015
PRO STA CASA	30.059.904,82	360.718.857,79	40.528.429,00	126.798.471,00
STA CASA SUSTentável	24.269.152,70	291.229.832,40	125.060.745,00	28.581.334,00
Outros Auxílios de base fixa	14.034.529,34	168.414.352,08	12.285.372,00	77.461.251,00
TOTAL	68.363.586,86	820.363.042,28	177.874.546,00	232.841.056,00
Total pago em 2015				410.715.602,00



SECRETARIA DA SAÚDEGOVERNO DE SÃO PAULO

O secretário David Uip apontou que a postura do governo de São Paulo para auxiliar as instituições filantrópicas muda a história das Santas Casas, responsáveis pelo atendimento de 56% da população atendida pelo SUS no Estado. "Vivemos um momento de subfinanciamento da saúde em todo o país, o que atinge em cheio o Estado de São Paulo", disse.

Disse, ainda, que a falta de repasses da União e a não atualização da tabela SUS são os responsáveis pela perda de R\$ 1,8 bilhão no Estado, que arca com o ônus de vários tipos de tratamentos de saúde. São Paulo atende 44% dos atendimentos de alta complexidades de todo o país. Para Uip, existem quatro macroproblemas: o subfinanciamento, o desperdício, os roubos e a judicialização. "Estamos tentando remodelar o sistema. Mas o SUS tem de ser repaginado", disse.